

A importância de alianças assentes nas similitudes linguísticas: o caso da CPLP

João Vítor da Costa Redondo

Novembro de 2008

Uma língua para o mundo

A enorme riqueza histórica e cultural de Portugal assenta num factor decisivo que passa, muitas vezes, ao lado da nossa atenção. Esse aspecto particular é a nossa língua, tratando-se no maior contributo português para o Mundo, tendo o seu futuro ficado garantido devido, em grande parte, aos descobrimentos.

A língua ainda hoje desempenha um papel fundamental e unificador entre as pessoas e, nesse sentido, serviu de base à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que representa uma realidade bastante significativa pela sua dimensão, pelo seu potencial e pela sua margem de progressão.

Mas qual a importância da língua e da sua promoção nos dias de hoje num Mundo cada vez mais globalizado? Qual o papel da CPLP na defesa da língua portuguesa? Quais os seus precedentes, objectivos, quais os problemas e críticas que enfrenta desde a sua criação? Quais são os seus principais desafios e potencialidades? Que motivação pode estar por detrás da adesão dos Estados a estas comunidades? O que é necessário para o sucesso da CPLP? Qual a sua importância estratégica?

A breve reflexão que se segue procura responder de uma forma parcimoniosa a estas questões, tentando encontrar um fio condutor que possa explicar o papel da língua na estratégia dos Estados modernos no sistema internacional.

1. A Importância da Língua

A língua é algo de essencial na vida do ser humano e inerente à sua condição de ser vivo, com capacidade de comunicar com os da sua espécie e, independentemente do idioma que é utilizado, é algo característico do Homem. Caracteriza uma vida, uma história, uma cultura que desde sempre marcou e continuará a marcar a evolução do Homem.

A língua tem um enorme valor estratégico, quer pela sua história, quer pela sua origem, contribuindo decisivamente para a aproximação entre pessoas e representando uma realidade multicultural que é bastante importante e enriquecedora. Da mesma forma, a língua é uma das primeiras formas de globalização e essa referência é bem perceptível nos dias de hoje com a língua inglesa a sobressair entre as outras, sendo inclusive denominada de 'a língua da globalização'.

A língua portuguesa é, nesse sentido, uma língua com história, com uma cultura bem vincada, com as suas raízes assentes no latim, sendo uma das línguas mais faladas em todo o Mundo, apesar das reduzidas dimensões de Portugal. Não nos devemos esquecer, no entanto, que não é só em Portugal que a língua portuguesa é língua oficial, o mesmo acontece no Brasil, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Sendo o português usado em diversas partes do globo, em Estados dispersos por diversos continentes, este é, naturalmente, um factor unificador entre as pessoas e, nesse sentido, um factor de convergência entre Estados que partilhem essa característica. De igual forma, o português apresenta-se como uma língua viva, dada a sua capacidade de absorver as variantes dos vocabulários africanos e ameríndios¹.

Dado que a língua é algo partilhado por vários povos e, conseqüentemente, por vários Estados, faz perfeito sentido alianças entre Estados em torno das semelhanças linguísticas. Qualquer aliança entre

¹ Fernando A. A. Mourão, "A Comunidade de Países de Língua Portuguesa: A Base Linguística e a Base Material", in Fernando Santos Neves (ed.), *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, pp. 95-97.

países assenta, desde logo, em algo de comum que um grupo partilha, ora, a língua é, obviamente, um desses casos.

Mas apesar da língua portuguesa ser língua oficial dos países atrás mencionados, isso não significa que seja a língua materna da maioria dos cidadãos desses Estados. De facto, esta tem a concorrência dos dialectos locais, principalmente nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), assim como de outras línguas ocidentais, como o inglês no sul de Moçambique e o francês na Guiné-Bissau². Mas como também refere José Palmeira, a criação de comunidades como a CPLP, que visam 'cimentar o relacionamento entre povos', não deve nem pode significar que esses dialectos, quer sejam em maioria ou minoritários, sejam desrespeitados e não possam conviver juntamente com outros idiomas³.

Bastante tempo antes da formação da CPLP, consecutivos governos de Portugal encaravam a relação com as ex-colónias vital e com grande importância estratégica, como refere o actual Presidente da República Português, Aníbal Cavaco Silva,

'...era para mim inquestionável que o desenvolvimento de relações estreitas e o reforço da cooperação com os cinco países africanos lusófonos deviam constituir uma prioridade da política externa portuguesa. Não podia ser de outra forma, face às nossas ligações históricas e culturais aos povos desses países, com os quais partilhávamos a língua portuguesa.'⁴.

2. O caso da CPLP

A sua formação:

Assumindo, à partida, que vivemos num Mundo cada vez mais globalizado, caracterizado por uma crescente interdependência dos Estados,

² Armelle Enders, *Histoire de l'Afrique Lusophone*, Paris, Editions Chandeigne, 1994, pp. 150-151.

³ José Palmeira, *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*, Lisboa, Prefácio, 2006, pp. 169-170.

⁴ Aníbal Cavaco Silva, *Autobiografia Política I*, Lisboa, Temas e Debates, 2002, p. 231.

ideia defendida por autores como Robert Keohane e Joseph S. Nye⁵, as relações entre estes e a sua cooperação e colaboração são vitais para a sobrevivência dos mesmos no sistema internacional, sendo importante salientar que estas formas de cooperação não se devem cingir, exclusivamente, a objectivos económicos.

Organizações como a *Commonwealth* britânica⁶, ou a Organização Internacional da Francofonia, abriram os precedentes de comunidades formadas em torno das semelhanças linguísticas. Tanto para os Britânicos, como para os Franceses, o investimento na preservação e na promoção das suas línguas é algo de essencial e os objectivos das alianças atrás referidas passam, embora não exclusivamente, por aí.

Para Portugal, a formação de uma comunidade como a CPLP é muito importante, pois, seguindo o raciocínio de Armelle Enders, Portugal baseia-se no número de falantes de língua portuguesa, tendo em vista uma posição de maior destaque no seio da comunidade internacional⁷. Efectivamente, o português é, segundo estudos da UNESCO, a sexta língua mais falada em todo o Mundo, à frente do francês e do alemão, sendo língua oficial de organizações internacionais como a União Africana, a Organização dos Estados Americanos, da União Europeia e da UNESCO.

A CPLP começou pela intenção de se criar um Instituto Internacional de Língua Portuguesa que visaria a promoção e difusão do português. Este primeiro passo deu-se em Novembro de 1989, aquando da reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos países de língua oficial portuguesa no Brasil, a convite do, então, Presidente brasileiro José Sarney⁸.

O processo ganharia um desenvolvimento decisivo através da mão do, então, embaixador brasileiro em Portugal, José Aparecido de Oliveira, através da criação do Grupo de Concertação Permanente, que visava

⁵ Robert O. Keohane e Joseph S. Nye., *Power and Interdependence*. New York, Longman, 2001. Ver também: Joseph S. Nye Jr., *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva, 2002.

⁶ A *Commonwealth* não tem a língua como factor de exclusividade, como se pode ver pela associação de países como Moçambique a este grupo, de qualquer forma a grande maioria dos membros tem a língua inglesa como língua oficial. De salientar igualmente que a *Commonwealth* está assente essencialmente em objectivos económicos.

⁷ Enders, *op. cit.*, p. 150.

⁸ CPLP, "Como Surgiu a CPLP", 2006 (em http://www.cplp.org/quemsomos_hist.asp).

exactamente a preparação para a formação da comunidade, tendo esta sido concretizada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de 17 de Julho de 1996 em Lisboa, especificamente marcada para a concretização e criação do projecto.

Na altura, assinaram o documento constituinte da CPLP, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, tendo Timor-Leste aderido em 2002, após alcançada a sua independência. Para além de Estados-membros, a CPLP dispõe, igualmente, de países com o estatuto de observadores associados, a República da Guiné Equatorial e a República das Ilhas Maurícias.

Cabo Verde acabou por ser um dos países mais empenhados no sucesso desta comunidade devido a vários factores. Desde logo, a situação estável do país permitiu ao governo de Cabo Verde encarar a formação da CPLP como parte integrante da estratégia de desenvolvimento do país através de um aprofundamento de relações com países mais desenvolvidos, como Portugal e o Brasil, ainda para mais quando o Brasil tem apresentado taxas de crescimento económico bastante consideráveis e Portugal faz parte da União Europeia. Por outro lado, Portugal optou não enveredar por uma estratégia muito activa no seio da CPLP, não por ser uma comunidade que pouco interessa ao país, mas antes por precaução. Efectivamente, desde o início existiu algum receio de que a criação desta comunidade pudesse ser encarada como uma neo-colonização de Portugal, caso este liderasse o processo. Por outro lado, o Brasil, apesar de ter tido um papel fundamental para a formação da CPLP, tinha uma estratégia que passava, igualmente, por outros pontos que passavam à margem desta comunidade, como foi o desenvolvimento de relações bilaterais.

Em relação aos restantes países africanos, Angola, até há muito pouco tempo, esteve envolvido numa guerra civil que não permitiu a estabilização do país muito mais cedo, impedindo esta de exercer um papel muito mais activo no seio da comunidade. Estas situações de instabilidade política, social e económica estendiam-se aos restantes países como Moçambique, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, mantendo-se, ainda hoje, em alguns casos.

Objectivos e Desafios:

Os grandes objectivos que estão na base da formação da CPLP passavam pela importância dos países de língua portuguesa funcionarem como um bloco, em termos de diplomacia, promovendo posições comuns e um sentimento de unidade, que será bastante relevante quando se aproximam as reformas, quer da Organização das Nações Unidas, quer do Banco Mundial. Para isso, torna-se essencial uma cooperação transversal a todos os níveis entre estes países. Outro dos grandes objectivos passa pela aposta no Instituto Internacional da Língua Portuguesa, enquanto base do desenvolvimento de um sistema educativo eficiente nos países de língua portuguesa.

A CPLP aparece-nos como o culminar de uma permanente e íntima relação com cerca de quinhentos anos, onde é partilhada uma história, laços de amizade e evidentemente a língua portuguesa. Esta condição leva-nos a falar na necessidade de desenvolver uma cooperação multidisciplinar, associada à 'concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais', assim como à oportunidade de desenvolvimento de programas sustentáveis de promoção e difusão da língua portuguesa⁹.

No entanto, para o sucesso da CPLP nessas matérias, os seus objectivos têm de ser desmontados de forma a torná-los instrumentáveis. Desse modo, os verdadeiros objectivos da comunidade estão consagrados na Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, de 17 de Julho de 1996. Os Chefes de Estado e de Governo de todos os Estados-membros consideram, entre outros aspectos, ser imperativo 'consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos países de língua portuguesa...'; 'encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos países de língua portuguesa...', apesar de não representarem um espaço contínuo; desenvolver '...uma actuação conjunta cada vez mais significativa e

⁹ Marcolino Moco, "A CPLP e os seus Objectivos Estratégicos", in Fernando Santos Neves (ed.), *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, p. 305.

influente' no plano mundial; 'incentivar a difusão e enriquecimento da língua portuguesa...'; 'desenvolver a cooperação económica e empresarial...'; 'dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário...'; incentivar a cooperação em áreas como o meio ambiente, a defesa dos direitos humanos, reforço da condição da mulher, erradicação do racismo e xenofobia, defesa dos direitos da criança, entre outros¹⁰.

Como se pode facilmente observar, os propósitos e primeiros objectivos da CPLP eram bastante abrangentes, não se restringindo a questões culturais, o que torna o projecto ainda mais ambicioso e o seu sucesso ainda mais importante. Podemos, no entanto, indicar como os principais objectivos da comunidade: 'a concertação político-diplomática entre seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional'; 'a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social'; 'a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa'. A estes objectivos estão directamente ligados os princípios da CPLP, tais como: a igualdade soberana dos Estados-membros e a não ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito pelas diferentes identidades nacionais e pelas suas integridades territoriais; a reciprocidade de tratamento; o 'primado da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social'; a promoção do desenvolvimento e da cooperação¹¹.

A CPLP ainda é uma comunidade bastante recente, onde alguns dos membros ainda procuram alcançar a estabilidade interna nos seus Estados. Esse será, desde logo, um dos grandes desafios da comunidade, contribuir para a estabilidade interna dos seus membros. Para isso, será importante a acção dos Estados mais estáveis como Portugal, o Brasil, Cabo Verde e mesmo Angola, cuja guerra civil terminou em 2002, após a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, desfrutando, neste momento, de taxas de crescimento bastante interessantes para um país africano. Não obstante,

¹⁰ CPLP, "Declaração Constitutiva", 1996 (em http://www.cplp.org/documentos_declaracao.asp).

¹¹ CPLP, "Objectivos da CPLP", 1996 (em http://www.cplp.org/quemsomos_obj.asp).

essa estabilidade interna adivinha-se difícil, principalmente em Timor-Leste e Guiné-Bissau.

A concertação de posições comuns dos Estados-membros, de forma a usufruírem de uma posição mais forte no cenário internacional, será muito importante, mas, mais uma vez, nem sempre será fácil, dados os interesses e necessidades divergentes dos diversos Estados. Apesar disto, devem-se salientar os esforços que os países da CPLP colocaram em prática de forma a pressionar a comunidade internacional para actuar em Timor-Leste, ou, mesmo, o desenvolvimento de uma posição comum de apoio destes países à candidatura brasileira a um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas¹².

Em relação a esta possibilidade, a entrega de um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas ao Brasil seria muito importante para o mundo lusófono em geral, e para a CPLP em particular, podendo lhes dar uma voz mais audível no âmbito da segurança internacional¹³.

Problemas e críticas:

Desde logo, existem alguns problemas óbvios que a comunidade enfrenta. Em primeiro lugar, existe a questão da CPLP não representar um espaço contíguo, ou seja, a cooperação entre Estados não ligados territorialmente é, regra geral, mais complexa de se manter e evoluir; em segundo lugar, a CPLP não é homogénea, por outras palavras, todos os Estados apresentam características muito diferentes, desde a estabilidade interna, ao desenvolvimento económico e social, passando pelo seu potencial e acabando nas suas necessidades essenciais, o que torna a cooperação mais difícil de se conseguir; depois, a própria evolução e aprofundamento da CPLP está condicionada por aspectos tais como, o facto de Portugal pertencer à União Europeia; por outro lado, é preciso haver vontade política dos Estados-membros em contribuir para a comunidade e

¹² CPLP, "Declaração de Bissau", 2006 (em http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declara%C3%A7%C3%A3o_Bissau.pdf).

¹³ José Palmeira, "A Segurança Internacional também fala Português", *Perspectivas*, vol. 1, 11, 2005, p. 119.

vontade da sociedade civil em fazer parte e actuar nesta mesma comunidade.

Por volta do décimo aniversário da comunidade, foi realizado um balanço da actividade da mesma, balanço esse não muito satisfatório. Penso, no entanto, que ainda é muito cedo para se chegar a grandes conclusões, dez anos de uma organização é muito pouco, tomemos como exemplo as Comunidades Europeias. Por outro lado, era difícil ter corrido muito melhor tendo em consideração o facto de Angola ter estado em guerra civil até 2002, da Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe não apresentarem uma estabilidade interna eficaz, e o facto de Timor-Leste ter aderido à comunidade só em 2002, aquando da sua independência, estando ainda a lutar por uma situação de estabilidade interna.

Não esquecer, apesar de tudo, o papel fundamental que a CPLP desempenhou em certas questões tais como, a defesa e promoção da questão de Timor-Leste perante a comunidade internacional, ou a crise de Guiné-Bissau.

Como acontece com todas as outras organizações internacionais, a CPLP não escapa às críticas. Algumas dirigindo-se ao próprio conceito, sendo considerado um processo de satisfação do saudosismo colonialista das elites portuguesas, mostrando que a CPLP não é de todo um projecto entusiasta e unânime para todos. Outras críticas dirigem-se, ao invés, à sua forma, havendo quem defenda que o sucesso da CPLP tem de passar por um aprofundamento das questões económicas, ou, como defendem autores tais como Adriano Moreira ou Fernando Santos Neves, que a CPLP deveria ser uma comunidade dos povos de língua portuguesa, salientando a importância da sociedade civil para o sucesso da organização¹⁴.

A relevância da CPLP?

Qual a importância de uma aliança com os contornos da CPLP para o sistema internacional? As alianças no pós-Guerra Fria são, segundo Samuel

¹⁴ Fernando Santos Neves, "Para uma Crítica da Razão Lusófona: Onze Teses sobre a CPLP", in Fernando Santos Neves (ed.), *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, p. 9.

P. Huntington, bastante diferentes que as até então conhecidas. Efectivamente, as alianças baseadas nas ideologias perderam terreno para as alianças definidas pela cultura e por traços civilizacionais, pelo que a identidade cultural tornou-se o cerne das associações e dos antagonismos entre países¹⁵. Por outro lado, alianças, como a CPLP, são um obstáculo à teoria realista, pois a adesão dos Estados a esta não se enquadra, pelo menos de uma forma óbvia, nos conceitos e 'balancing' e 'bandwagoning' utilizados por Stephen M. Walt¹⁶.

De facto, a formação deste tipo de alianças, enquadrar-se-á mais numa perspectiva liberal das relações internacionais, como o Institucionalismo liberal, promotor do multilateralismo, tal como apontam autores como J. G. Ruggie, por outras palavras, assentam no facto de os Estados aliarem-se tendo por objectivo a prossecução de um interesse comum¹⁷. Os realistas por certo irão contrapor esta explicação com o facto de os Estados colaborarem apenas porque irão satisfazer, com isso, os seus interesses particulares, não estando muito preocupados, que os restantes aliados, atinjam o mesmo grau de satisfação. Independentemente destas questões, a verdade é que a CPLP tem uma grande relevância proveniente de diversos factores. Desde logo, assenta num factor comum dos seus Estados-membros, uma longa história, uma língua igual, que serve de factor unificador entre os Estados e que criou laços de amizade entre eles.

Para além da língua, que atinge enormes dimensões em termos globais, a CPLP representa uma realidade significativa em vários outros termos, começando, desde logo, pela sua dimensão. Apesar de Portugal ser um Estado de dimensões geográficas relativamente reduzidas, não se pode dizer o mesmo do Brasil e de Angola. A área terrestre de todos os Estados-membros da CPLP, somada, representa cerca de 11 milhões de Km². Para além deste facto, não nos devemos esquecer que todos os Estados-membros da CPLP têm à sua disposição uma costa marítima, o que alarga o seu território e a sua importância estratégica.

¹⁵ Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Nova Iorque, Simon and Schuster Paperbacks, 2003, p. 125.

¹⁶ Stephen M. Walt, *The Origins of Alliances*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1990.

¹⁷ John Gerard Ruggie, *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*, Londres & Nova Iorque, Routledge, 1998.

Da mesma forma, alguns Estados-membros destacam-se, individualmente, por variadíssimos motivos, que podem contribuir bastante para o futuro e o sucesso da CPLP. Começemos, desde logo, por Portugal. Portugal é membro de inúmeras organizações de enorme relevo no sistema internacional, desde a União Europeia, passando pela NATO, até à sua participação na Organização das Nações Unidas e na Organização Mundial do Comércio, entre outras.

Em relação ao Brasil, este tem aumentado a sua influência global nos últimos anos, fruto de uma economia em expansão. Aliado à enorme dimensão do território brasileiro está o facto do Estado brasileiro estar a assumir uma posição de potência regional na América Latina e uma posição cada vez mais forte no hemisfério sul. Tem apresentado um crescimento e desenvolvimento económico bastante promissor, acompanhando a senda positiva dos 'tigres asiáticos', estando o seu governo a apostar numa política mais global, de forma a aumentar a sua esfera de influência no sistema internacional. Para estes factos contribui, igualmente, o, ainda recente, poder energético do país, fruto da descoberta das jazidas de petróleo ao longo da costa brasileira. Este crescimento do país é a base da sua luta por um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, apoiado, de resto, pela CPLP.

Já a Angola, apesar de, só muito recentemente, ter acabado com uma guerra civil, que perdurava desde a altura da sua independência, tem-se revelado como um Estado com um enorme potencial na África Austral, podendo vir a assumir um lugar como potência regional, muito graças ao poderio dos seus recursos naturais, como o petróleo e os diamantes.

Os restantes Estados, apesar das suas reduzidas dimensões, têm-se destacado de diversas formas como de resto se foi vendo ao longo do texto. Temos Cabo Verde que se destaca pela sua estabilidade interna e o seu potencial turístico; temos S. Tomé e Príncipe que, apesar da sua instabilidade, dispõe de recursos naturais, como o petróleo, e é visto como um ponto estratégico no hemisfério sul, muito interessante para os EUA; temos Timor-Leste que, igualmente, dispõe de recursos naturais relevantes

e situa-se num ponto estratégico, da mesma forma, interessante¹⁸; Moçambique destaca-se, primeiro, por ser um dos primeiros Estados africanos que dispôs de eleições livres para a escolha do Chefe de Estado, e, segundo, por ter uma relação próxima com os Estados da *Commonwealth*, fruto igualmente da sua adesão a esse grupo; a Guiné-Bissau enfrenta graves problemas de instabilidade interna e pobreza, destacando-se, no entanto, pela sua localização geográfica e pela sua proximidade aos países francófonos.

3. Que Futuro para a CPLP?

É óbvio que Portugal não é pioneiro na aposta da língua tendo em vista a formação de alianças estratégicas, vejamos os casos do Reino Unido e da França. Mas ter a percepção que se trata de uma área em que o país deve apostar, tendo em vista a preservação da língua portuguesa, é algo de destaque e que merece ser salientado. De facto, a língua faz parte da identidade do país, da sua cultura, e desempenha um papel fundamental num Mundo cada vez mais globalizado.

A criação da CPLP aparece-nos, portanto, como uma aposta estratégica de elevado valor que deverá ser defendida pelos seus membros. No entanto, graves dificuldades apresentam-se a alguns desses membros, casos de instabilidade interna, pobreza, falta de condições sócio-económicas, falta de condições de vida, entre outros aspectos. Estes aspectos marcam a CPLP como uma comunidade profundamente heterogénea, pelo que o interesse e a contribuição dos diversos Estados-membros para com a organização varia bastante.

Apesar de tudo, os objectivos da comunidade são bastante abrangentes, desde a promoção da língua portuguesa, passando por uma cooperação transversal entre os Estados e acabando no desenvolvimento de uma prática diplomática convergente na comunidade internacional. Para este facto contribui, igualmente, a orgânica da CPLP, bastante ambiciosa,

¹⁸ Timor-Leste é caracterizado, de certa forma, por pertencer a duas grandes fronteiras, a fronteira da Ásia com a Oceânia e a fronteira do Índico com o Pacífico.

estando já programada a criação de uma Assembleia Parlamentar, que em muito contribuirá para o sucesso da comunidade.

Não obstante, a CPLP não escapa às críticas, e está longe de ser uma aliança que partilhe a unanimidade pelos cidadãos dos Estados-membros, mas também ninguém esperava que assim fosse. A sociedade civil pode desempenhar, no entanto, um papel vital na evolução da aliança, havendo quem defenda que a CPLP deva ser uma comunidade dos povos. A contribuição dos Estados continuará, na minha opinião, a ser essencial para a sua sobrevivência, pois estes têm meios privilegiados para a promoção da imagem da comunidade.

Indiferente a tudo isto, está o facto de que o sucesso da CPLP está ligado ao que esta pode oferecer aos seus Estados-membros, o interesse particular dos Estados tem de ir ao encontro da existência da comunidade. Se os Estados não tirarem benefícios da organização, estes não demonstrarão vontade em sustentar a CPLP, podendo-se concluir, sem receios de parecer simplista, que o real sucesso da comunidade passa pela vontade, a vontade política dos Estados e a vontade de agir da sociedade civil.

A pergunta que se coloca, apesar de constatararmos as evidentes potencialidades que uma organização como a CPLP tem, é se ela irá conseguir ultrapassar a sua heterogeneidade e se assumir num Mundo cada vez mais globalizado. Apenas o tempo poderá responder a esta questão, dados os enormes desafios globais que os Estados, actualmente, enfrentam.

BIBLIOGRAFIA**FONTES PRIMÁRIAS:**

- CPLP**, "Comité de Concertação Permanente", 2006 (em http://www.cplp.org/estrutura_org_comite.asp).
- CPLP**, "Como Surgiu a CPLP", 2006 (em http://www.cplp.org/quemsomos_hist.asp).
- CPLP**, "Conferência dos Chefes de Estado e de Governo", 2006 (em http://www.cplp.org/estrutura_org_conferencia_III.asp).
- CPLP**, "Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores", 2006 (em http://www.cplp.org/estrutura_org_conselho_OI.asp).
- CPLP**, "Declaração Constitutiva", 1996 (em http://www.cplp.org/documentos_declaracao.asp).
- CPLP**, "Declaração de Bissau", 2006 (em http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCEG/Declara%C3%A7%C3%A3o_Bissau.pdf).
- CPLP**, "Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", 2007 (em http://www.cplp.org/docs/documentacao/Estatutos_CPLP_REVLIS.07.pdf).
- CPLP**, "Objectivos da CPLP", 1996 (em http://www.cplp.org/quemsomos_obj.asp).
- CPLP**, "Observadores Associados", 2006 (em http://www.cplp.org/quemsomos_obsA.asp).
- CPLP**, "Reunião dos Pontos Focais de Cooperação", 2006 (em http://www.cplp.org/estrutura_org_cooperacao.asp).
- CPLP**, "Reuniões Ministeriais Sectoriais", 2006 (em http://www.cplp.org/estrutura_org_sectoriais.asp).
- CPLP**, "Secretariado Executivo", 2006 (em http://www.cplp.org/estrutura_org_secretariado.asp).
- IILP**, "Conheça o IILP", 2008 (em http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=54).

IILP, "Estatutos do IILP", 2005 (em <http://www.cplp.org/docs/documentacao/ESTATUTOS%20DO%20IILP.pdf>).

FONTES SECUNDÁRIAS:

Livros:

ENDERS, Armelle, *Histoire de l'Afrique Lusophone*, Paris, Editions Chandeigne, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P., *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Nova Iorque, Simon and Schuster Paperbacks, 2003.

KEOHANE, Robert O. and Joseph S. Nye., *Power and Interdependence*. New York, Longman, 2001.

NYE Jr., Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva, 2002.

PALMEIRA, José, *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*, Lisboa, Prefácio, 2006.

PINTO, José Filipe, *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2004.

RUGGIE, John Gerard, *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*, Londres & Nova Iorque, Routledge, 1998.

SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política I*, Lisboa, Temas e Debates, 2002.

WALT, Stephen M., *The Origins of Alliances*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1990.

Artigos em Revistas:

PALMEIRA, José, "A Segurança Internacional também fala Português", *Perspectivas*, vol. 1, 11, 2005.

Obras Colectivas:

BOSCHI, Caio César, "CPLP: Passado Histórico, Comunidade Contemporânea", in Fernando Santos Neves (ed.), *A Globalização*

Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MOCO, Marcolino, "A CPLP e os seus Objectivos Estratégicos", in Fernando Santos Neves (ed.), *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MOURÃO, Fernando A. A., "A Comunidade de Países de Língua Portuguesa: A Base Linguística e a Base Material", in Fernando Santos Neves (ed.), *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

NEVES, Fernando Santos, "Para uma Crítica da Razão Lusófona: Onze Teses sobre a CPLP", in Fernando Santos Neves (ed.), *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.